



Conselho Nacional de Recursos Hídricos

ATA

47ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

1 Aos 8 dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 14h03min., mediante videoconferência,
2 realizou-se a **47ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos**, presidida pelo
3 Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior, representante do Ministério do Desenvolvimento Regional
4 (MDR). A reunião contou com a presença de conselheiros e representantes de órgãos
5 governamentais, estaduais, setoriais e da sociedade civil. **1.** Iniciada a sessão, foi realizada a
6 abertura dos trabalhos pelo presidente do Conselho, Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior, que
7 solicitou a verificação do quórum junto à Secretária-Executiva, a Sra. Roseli dos Santos Souza,
8 que confirmou que havia quórum suficiente para a deliberação dos temas previstos em pauta,
9 registrando as presenças dos conselheiros representantes de diferentes ministérios e entidades
10 estaduais e setoriais, conforme o regimento do CNRH. **2.** Ato contínuo, foi proposta a leitura e
11 da ata da reunião anterior, que fora dispensada pelos presentes, conforme acordo prévio com
12 os membros presentes. Com o consentimento dos conselheiros, a ata foi aprovada e registrada.
13 **3.** Após aprovação da ata anterior, o presidente, Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior,
14 apresentou ao plenário uma solicitação de regime de urgência para apreciação da proposta de
15 revisão da Resolução nº 143, de 2024, que aborda critérios de classificação de barragens por
16 dano potencial. O pedido foi encaminhado pelo MDR, em articulação com nove conselheiros do
17 CNRH, seguindo o regimento, que requer ao menos dez assinaturas para a tramitação de
18 urgência; destacando que a proposta de revisão da Resolução CNRH nº 143, que visa aprimorar
19 a política de segurança de barragens, incorporando uma matriz de risco abrangente e novas
20 classificações específicas para diferentes tipos de barragens, incluindo as de uso múltiplo e as
21 de rejeitos industriais e de mineração. **4.** Ato contínuo, foi facultada manifestação de eventuais
22 interessados, sendo destacadas as manifestações da Sra. Iara Bueno Giacomini, representante
23 do Estado de São Paulo, que manifestou preocupação em relação ao curto prazo para a análise
24 da proposta, ressaltando que o comitê estadual ainda não havia concluído a avaliação dos
25 impactos da nova resolução sobre as barragens de mineração e rejeitos. Em nome do Estado de
26 São Paulo, sugeriu que a votação fosse postergada para que o comitê tivesse mais tempo para
27 análise; do Sr. Eduardo Farias Topázio, representante do Estado da Bahia, e da Sra. Maria Luciana
28 da Silva Nóbrega, representante do Ministério da Educação, que apoiaram a posição de São
29 Paulo, mencionando que a extensão da discussão poderia contribuir para uma decisão mais
30 fundamentada, especialmente considerando o impacto da resolução para os estados; e, por fim,
31 do Sr. Anivaldo Miranda Pinto, representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas em Rios de
32 Domínio da União, que defendeu a urgência da medida, destacando o histórico de acidentes
33 com barragens no Brasil e a necessidade de se avançar com políticas de segurança de barragens
34 mais rígidas. Destacou o caráter democrático e amplo das discussões conduzidas ao longo de
35 dois anos de trabalho pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens (CTSB). **5.** Após ampla
36 discussão, o pedido de urgência foi submetido à votação e aprovado pela maioria dos
37 conselheiros, com registros de votos contrários das representações do Estado de São Paulo, da
38 Bahia e do setor de irrigação. **6.** Ato contínuo, o presidente declarou a aprovação do regime de
39 urgência, sendo a proposta de revisão da Resolução CNRH nº 143 incluída na pauta da reunião,
40 como o primeiro item a ser discutido. **7.** Dando seguimento, o presidente passou a palavra ao
41 Sr. Luiz Gustavo Fortes Westin, coordenador da Câmara Técnica de Segurança de Barragens

42 (CTSB), para a apresentação detalhada da proposta de revisão da Resolução nº 143. **8.** Com a
43 palavra, em resumo, o Sr. Luiz Gustavo destacou os objetivos gerais, e que a revisão visa
44 estabelecer critérios de classificação mais assertivos para identificar barragens de risco elevado
45 e melhorar as práticas de gestão e segurança, destacando a inclusão de uma matriz de
46 classificação de risco aprimorada, com indicadores específicos que facilitam a avaliação tanto de
47 grandes barragens quanto de estruturas menores e de menor risco; destacando a participação
48 democrática, mencionando que o grupo de trabalho recebeu mais de 50 (cinquenta)
49 participantes ao longo dos dois anos de elaboração, com a presença de representantes de
50 entidades de fiscalização e do setor de mineração, entre outros, garantindo que as discussões
51 fossem amplamente representativas. **9.** Após a apresentação, o presidente facultou a palavra
52 para manifestações. **10.** Após discussão entre os conselheiros, restou aprovado o
53 encaminhamento para que a Secretaria-Executiva possa coordenar a execução dos seminários
54 de disseminação do conteúdo da Resolução em questão, em conjunto com a Câmara Técnica de
55 Segurança de Barragens (CTSB). **11.** Superada a questão, o presidente passou para o próximo
56 item de pauta, que consistia em um informe sobre implementação do Plano Nacional de
57 recursos hídricos, que foi apresentado pelo Sr. Felipe de Sá Tavares, representante da Agência
58 Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **12.** Após as apresentações, foi aberto para
59 discussão dos conselheiros. **13.** Após considerações e discussões, o presidente ressaltou a
60 importância do tema e, como não havia mais nenhuma questão a ser dirimida, seguiu para o
61 próximo item de pauta, que é a apresentação do parecer elaborado pela Câmara Técnica de
62 Outorga e Cobrança (CTOC) acerca do uso dos recursos aplicados pela ANA, referentes a CFURH,
63 abreviando um pouco todos os dispositivos legais que estão aqui postos. **14.** Após a
64 apresentação, o presidente abriu a palavra para eventuais manifestações. **15.** Após
65 manifestações, foi requerido pedido de vista pelo Sr. João Clímaco Soares M. Filho, que foi
66 levado a plenário para deliberação que, após manifestações, foi negado o pedido de vista,
67 seguindo, o presidente, com a pauta. **16.** Ato contínuo, o presidente, após discussão entre os
68 membros do CNRH, colocou em votação sobre a aprovação do parecer acerca do uso dos
69 recursos da CFURH, bem como o requerimento para que a ANA priorize na aplicação da CFURH
70 os procedimentos que esteja em andamento para criação de comitês de bacias hidrográficas de
71 domínio da União, que foi aprovada pelo Plenário. **17.** Ato contínuo, o presidente passou para
72 análise o último item da pauta, que se trata das ações executadas pelo CNRH no ano de 2022,
73 bem como projetar as ações e planejamentos para o ano de 2023. **18.** Após a apresentação das
74 ações, o presidente reforçou o compromisso do CNRH com a gestão efetiva dos recursos hídricos
75 nacionais, bem como informou que os itens propostos na pauta foram devidamente apreciados
76 na 47ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, agradecendo a presença
77 de todos que ficaram até o final da sessão, razão pela qual declarou o encerramento da sessão.